



## MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### Conselho Nacional de Recursos Hídricos

#### ATA

Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, das nove às dezessete horas, na sede da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), localizada no endereço SEPN 510, Bloco A, 3º andar, Asa Norte, Brasília-DF, foi realizada a **48ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)**. A reunião foi aberta pelo Sr. Secretário-Executivo do CNRH, Sr. Giuseppe Vieira, que iniciou sua fala destacando a importância do encontro e agradecendo à OTCA pela hospitalidade. Agradeceu ainda a presença do Sr. Ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Sr. Waldez Góes, presidente do CNRH, e fez menção especial à Diretora-Executiva da OTCA, Sra. Vanessa Grazziotin, e ao Secretário-Geral da OTCA, Sr. Martin von Hildebrand, reconhecendo a contribuição de ambos para a gestão dos recursos hídricos e o fortalecimento do Sistema Nacional de Recursos Hídricos. O Secretário-Executivo convidou a Sra. Vanessa Grazziotin para realizar uma saudação inicial. A Sra. Vanessa Grazziotin saudou os conselheiros e representantes presentes, ressaltando a importância da cooperação internacional para a gestão integrada dos recursos hídricos na região amazônica. Agradeceu ao CNRH pela escolha do espaço da OTCA como sede da reunião e reforçou o compromisso da organização em apoiar iniciativas voltadas para a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento regional. Na sequência, o Sr. Martin von Hildebrand, Secretário-Geral da OTCA, tomou a palavra e destacou a interdependência entre os recursos hídricos e a vegetação da Amazônia. Ressaltou que o equilíbrio ambiental da região depende diretamente da preservação desses elementos, alertando para os desafios relacionados às mudanças climáticas e aos impactos das atividades humanas. Pontuou a relevância da proteção dos recursos naturais para garantir direitos humanos e promover o desenvolvimento sustentável na região. Dando continuidade, o Secretário-Executivo passou a palavra ao Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional Sr. Waldez Góes, presidente do CNRH, que iniciou os trabalhos cumprimentando os conselheiros presentes e reforçando a importância da diligência nas pautas tratadas no âmbito do CNRH e o destacou como um espaço de formulação de políticas públicas que colocam a água como prioridade na agenda do governo federal. Ele reconheceu os desafios enfrentados pelo governo em um cenário de encerramento de gestão orçamentária, reformas fiscais e demandas climáticas. Agradeceu a hospitalidade da OTCA, citando sua experiência prévia em iniciativas relacionadas à Amazônia, onde os recursos hídricos desempenham papel central no desenvolvimento econômico e humano. Ao abordar a política nacional de recursos hídricos, o Ministro enfatizou a relevância de fortalecer a governança democrática, envolvendo múltiplos setores na construção de políticas públicas eficazes. Ele destacou o compromisso do governo federal com a revitalização de bacias, infraestrutura hídrica, tecnologias sociais e abastecimento de água, consolidando esses temas como subeixos do programa Água para Todos no PAC. Também defendeu a inclusão de um quinto subeixo voltado à irrigação, considerando os desafios históricos e a necessidade de reposicionar a política pública nesse setor. O Sr. Ministro abordou as mudanças climáticas e os impactos na floresta amazônica, como o aumento de queimadas devido à seca e o enfraquecimento das práticas tradicionais de controle ambiental. Ressaltou que esses problemas demandam políticas públicas baseadas em evidências científicas, alinhadas à gestão hídrica integrada e à sustentabilidade ambiental. Em relação à Amazônia, o Sr. Ministro lamentou a predominância de narrativas negativas na mídia sobre a região, apontando que, embora as práticas ilegais devam ser combatidas, é essencial destacar iniciativas positivas nas esferas municipal, estadual e nacional. Ele vislumbrou na COP30 uma oportunidade para enfrentar grandes debates, defender práticas sustentáveis e reposicionar o modelo de desenvolvimento amazônico. Ao finalizar, reafirmou a importância de debater as políticas públicas no âmbito do Conselho, ressaltando a

democracia como um pilar fundamental para o progresso. Ele encorajou os conselheiros a confrontar ideias e buscar consensos que beneficiem o país. Durante as manifestações iniciais, Sr. Ângelo, conselheiro representante da ANGÁ, reforçou a relevância da democracia no sistema e sugeriu que o Sr. Ministro considerasse realizar uma reunião extraordinária para ouvir as opiniões dos conselheiros. Em complementação, Sra. Aparecida, representante da ABRAGEL, enfatizou a necessidade da presença contínua do Sr. Ministro nas reuniões para fortalecer a atuação do CNRH e ampliar o diálogo com os conselheiros. Encerradas as manifestações preliminares, o Sr. Ministro Waldez Góes transferiu a presidência dos trabalhos ao Sr. Secretário-Executivo, Sr. Giuseppe Vieira, devido a compromissos de agenda oficial. Sr. Giuseppe, ao assumir a condução, convocou uma pausa técnica para coffee-break, com previsão de retomada das atividades após quinze minutos. Após o intervalo, o Sr. Secretário-Executivo Sr. Giuseppe Vieira assumiu a Presidência do CNRH e iniciou os trabalhos verificando o quórum para continuidade da reunião. Assumiu como Secretária-Executiva a Diretora Sra. Fernanda Ayres, que conduziu a verificação e atestou a presença de 26 membros, garantindo o quórum regimental. Em seguida, foram submetidas à deliberação as atas da 47ª Reunião Ordinária (2022), 54ª Reunião Extraordinária (2022) e 55ª Reunião Extraordinária (2024). Após discussões, registraram-se as seguintes abstenções: Sr. Angelo (ANGÁ), Sr. Marcos (Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR), Sr. Giuseppe (Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR), Sr. Carlos (Comunidades Tradicionais), Sr. Marcelo Manara (Comitê de Bacias/CEIVAP), CERH (ES, MG), Sr. Gustavo (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA), Sra. Alessandra de Toledo (Ministério dos Direitos Humanos - MDHC) e Sr. Paulo Sérgio (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDIC). Cada uma das abstenções foi devidamente registrada para efeito de transparência e integridade do processo de aprovação. **As atas da 47ª e 54ª reuniões foram aprovadas por maioria, enquanto a ata da 55ª reunião foi encaminhada para retificação e posterior aprovação em plenário.** Sra. Aparecida Vargas (ABRAGEL) sugere que na próxima ata conste que a degravação é parte da ata para claro entendimento que a degravação faz parte da ata. A Sra. Fernanda Ayres esclareceu que no Regimento Interno do CNRH, artigo 15, parágrafo 1º, consta que "a ata da reunião será considerada a degravação do áudio". Seguindo a pauta, foi apresentado o Requerimento de Urgência para deliberação da minuta de resolução que define as suplências no âmbito das Câmaras Técnicas do CNRH. Conselheiros como Sra. Jordana (CNA), Sr. Anderson Bezerra (MMA), Sr. José Ricardo (CBH), Sra. Aparecida (ABRAGEL) e Sr. Angelo (ANGÁ) manifestaram-se em defesa da inclusão normativa para garantir a representatividade dos membros, destacando diferentes aspectos relacionados à eficácia e inclusão das suplências no âmbito das Câmaras Técnicas. Após esclarecimentos da Sra. Secretária-Executiva sobre o regimento vigente, o texto foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. A programação prosseguiu com a apresentação do estudo da ANA sobre os impactos das mudanças climáticas nos recursos hídricos do Brasil, conduzida por Sr. Saulo Aires. O estudo abordou o aumento de eventos extremos, a redução da disponibilidade hídrica em várias regiões e a necessidade de integração entre políticas públicas setoriais. Conselheiros como Sr. Marcelo Manara (CEIVAP), Sr. Gustavo (MAPA) e Sr. Claudio (Comunidades Tradicionais) ressaltaram a urgência de ações mitigadoras e o fortalecimento do Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SINGREH) para enfrentar os desafios apontados. Posteriormente, Sra. Marcela Brasil (ANA) apresentou a atualização do Atlas de Irrigação, destacando o potencial de crescimento das áreas irrigadas no Brasil e a importância de promover eficiência no uso da água. Foram feitas manifestações de conselheiros como Sra. Jordana (CNA), que enfatizou a relevância da irrigação para segurança alimentar, Sr. Wilson (Turismo), que questionou a correlação entre a expansão da área irrigada e os resultados econômicos, Sr. Angelo (ANGÁ), que destacou a necessidade de fortalecimento do SINGREH, Sr. Anderson Bezerra (MMA), que ressaltou a importância de se adotar metodologias baseadas em evidências para a gestão da água, e Sr. Claudio (Comunidades Tradicionais), que enfatizou a necessidade de fiscalização mais eficiente para assegurar o uso sustentável dos recursos hídricos. No período da tarde, o Sr. Mitre, representando a ENGECORPS, apresentou os resultados do estudo "Estratégia e Ferramentas para o Fortalecimento do SINGREH", incluindo a metodologia de monitoramento do PNRH (2022-2040) e o desenvolvimento do SIGA. Durante os debates, Sr. Cláudio (Comunidades Tradicionais) apontou desigualdades na aplicação das políticas de recursos hídricos e defendeu maior incentivo para o cumprimento dos planos de bacias. Outras contribuições foram apresentadas durante o debate. Sr. Marcelo Manara (CEIVAP) destacou a importância de integrar os planos estaduais e nacionais para uma governança mais efetiva. Sr. Claudio (Comunidades Tradicionais) enfatizou a urgência de estabelecer mecanismos de fiscalização para assegurar o cumprimento das políticas públicas e promover o uso sustentável dos recursos hídricos. Sr. Wilson

(Turismo) mencionou a necessidade de correlacionar as áreas irrigadas com resultados econômicos concretos, enquanto Sr. Anderson Bezerra (MMA) apontou a relevância de criar resoluções baseadas em evidências para aprimorar a gestão hídrica. Sra. Jordana (CNA) reforçou a necessidade de priorizar pequenos produtores em projetos de irrigação. Sr. Gustavo (MAPA) alertou sobre a urgência de alinhar estratégias federais e estaduais para mitigar os impactos das mudanças climáticas. Essas manifestações enriqueceram o debate e forneceram subsídios para futuras deliberações. Ademais, foram abordados durante o restante da sessão pontos específicos sobre a integração de sistemas de informação, com destaque para o SIGA (Sistema de Avaliação e Gerenciamento do PNRH), que foi elogiado pelos conselheiros Sra. Jordana (CNA), Sr. Claudio (Comunidades Tradicionais) e Sr. Gustavo (MAPA), que destacaram a transparência proporcionada pelo sistema, sua relevância estratégica e o suporte à gestão hídrica integrada como um marco na transparência de dados e informações estratégicas para a gestão hídrica nacional. O representante do MAPA reforçou a necessidade de alinhamento entre os instrumentos federais e estaduais, principalmente em projetos relacionados à segurança alimentar e ao combate às mudanças climáticas. Já o representante do MMA, Sr. Anderson Bezerra, destacou o papel central do SINGREH no apoio às políticas públicas de longo prazo, mencionando a relevância do estudo da ANA como subsídio ao plano nacional de enfrentamento às mudanças climáticas. Sra. Jordana (CNA) solicitou que as reuniões do CNRH ocorram no formato híbrido para ganho de eficiência e otimização de tempo e recursos; a proposta obteve apoio do Sr. Ângelo (ANGÁ). A Diretora Sra. Fernanda Ayres destacou ainda o último ponto da reunião, que envolveu um requerimento de urgência sobre o custeio de despesas para representantes dos povos e organizações indígenas, comunidades tradicionais e pescadores. Este tema havia sido levantado anteriormente por Sr. Cláudio (Comunidades Tradicionais), que enfatizou a necessidade de apoio financeiro para garantir a participação efetiva dessas categorias no CNRH. Após discussão, Sr. Angelo (ANGÁ) reforçou a relevância de assegurar equidade na participação, enquanto Sra. Jordana (CNA) mencionou a importância de criar uma estrutura de apoio mais permanente para essas representações. A presidente informou que, como o requerimento de urgência foi apresentado no decorrer da reunião, sua apreciação foi impossibilitada por questões regimentais. Contudo, o plenário aprovou por unanimidade a realização de uma reunião extraordinária virtual, a ser conduzida na segunda quinzena de janeiro de 2025, exclusivamente para tratar deste tema. Encerrando os trabalhos, a Sra. Secretária-Executiva em exercício agradeceu a participação de todos e ressaltou os avanços obtidos ao longo do dia. A reunião foi oficialmente encerrada às dezessete horas e trinta minutos.

ANTONIO WALDEZ GÓES DA SILVA  
Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

GIUSEPPE SERRA SECA VIEIRA  
Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

59000.008220/2025-91

5871896v1



Documento assinado eletronicamente por **Giuseppe Serra Seca Vieira, Secretário(a) Nacional de Segurança Hídrica**, em 06/06/2025, às 09:29, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Waldez Góes da Silva, Ministro de Estado da Integração e Desenvolvimento Regional**, em 06/06/2025, às 14:01, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **5871896** e o código CRC **CC16C6D5**.